

A campanha da Guiana: Caiena tomada aos franceses^a

Cláudio Skora Rosty^b

Resumo: Como represália à invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão Bonaparte, o príncipe-regente D. João VI decidiu enviar uma expedição militar para ocupar a Guiana, território francês ao norte do Brasil. O presente artigo tem por objetivos: apresentar na ordem cronológica os acontecimentos que levaram o D. João a enviar uma expedição militar para conquistar a capital da Guiana Francesa; conhecer os combates em terra e no mar, que caracterizaram o batismo de fogo do Corpo de Fuzileiros Navais; e identificar as contribuições que a ocupação de Caiena trouxe para o Brasil.

Palavras-chave: Guiana Francesa, Política externa joanina.

Ao participar, na qualidade de membro do IGHMB e da DPHCEX, no Seminário Comemorativo do Bicentenário da Tomada de Caiena quero apresentar uma das repercussões pouco conhecida da era napoleônica no Brasil, decorrente do Bloqueio Continental e da invasão de Portugal por Junot, em 1807,

ocasionando a transferência da Família Real portuguesa para o Brasil. Essa vinda do governo e da corte portuguesa ao Rio de Janeiro foi sem dúvida importante para que o país declarasse sua independência em 1822. Alcançou o patamar de

^a Conferência realizada no Seminário Comemorativo do Bicentenário da Tomada de Caiena, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

^b Coronel de Infantaria. Sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



Estado, com sua elevação a categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves (1815).

Das muitas outras repercussões destacamos a invasão da Guiana Francesa em 1809, o primeiro ato militar da política externa de D. João e que se constituiu no batismo de fogo do Corpo de Fuzileiros Navais, com o emprego de tropas anglo-luso-brasileiras e sua ocupação por mais de oito anos de Caiena.

Esta comunicação tem por objetivos: apresentar na ordem cronológica os acontecimentos que levaram o Príncipe Regente D. João a enviar uma expedição militar para conquistar a capital da Guiana Francesa; conhecer os combates em terra e no mar, que caracterizaram o batismo de fogo do Corpo de Fuzileiros Navais; e identificar as contribuições que a ocupação de Caiena trouxe para o Brasil.

A Região das Guianas era constantemente disputada por ingleses, holandeses e franceses. Com a União Ibérica (1580–1640) a defesa dos domínios espanhóis na parte norte do continente sul-americano ficou a cargo dos portugueses, que

se fixaram ao longo do rio Amazonas. Com o fim da união entre as duas Coroas, a América portuguesa viu-se além dos limites de Tordesilhas. Foi neste período, que se formou o núcleo original da primeira colônia gaulesa às margens do Rio Sinamari, e, em 1634, foi transferida para Caiena.

Diante dos choques de interesses, Portugal e França optaram por uma negociação em 1652 e estabeleceram um tratado provisório assinado em 4 de março de 1700. Porém, o limite no rio Oiapoque só foi definido pelo Tratado de Utrecht, de 11 de abril de 1713.

Após a chegada do Príncipe Regente ao poder, várias foram as tentativas de acordo sem sucesso, como o de Paris de 1797, que não foi ratificado por Portugal pelo fato de ir contra os seus interesses, e o de Amiens, de 1802, que excluiu o país ibérico das negociações, logo o não reconhecimento do tratado¹.

O contencioso disputado pela França e por Portugal durou quase dois séculos, referia-se a posse do território compreendido entre o Rio



Oiapoque, ao norte, e o rio Amazonas, ao sul, que hoje forma o Estado brasileiro do Amapá. A importância da área disputada se deve ao fato de que o Cabo Norte, entre Belém e Caiena, marcava o limite da foz do Amazonas: quem se instalasse ao sul desse ponto, em qualquer lugar entre o Rio Araguari e a cidade de Macapá, teria garantido o direito de navegar no Rio Amazonas e chegar até o Peru².

A ideia principal do Príncipe Regente ao chegar no Brasil era conduzir uma operação local, organizada e financiada pelo governador do Grão-Pará. Aproximadamente 800 Km separavam Belém de Caiena, compreendendo as seguintes localidades: Cidade de Chaves, Ilha Caviana, Cabo Norte, Ilha de Maracá, Rios Calçoene, Cunani, Cacioporé, Oiapoque, Cabo Orange, Rio Aprouague, Rio Mahury (Fortes Diamante, Degras des Cannes e Triô) e Caiena. Cidade de Caiena hoje.

D. João desembarcou em 8 de março no Rio de Janeiro e, a 10 de junho de 1808, declarou guerra aos franceses, autorizando os lusobrasileiros a fazerem guerra, por

terra e mar, o que anulou os tratados anteriores entre os dois países e ordenou a conquista de Caiena como represália à França pela invasão de Portugal; para evitar que os franceses mantivessem uma base de apoio na América, que já era utilizada pelos corsários franceses; para fixar definitivamente no Rio Oiapoque os limites norte do Brasil, a fim de manter a posse do rio Amazonas e para buscar suas especiarias.

CONCENTRAÇÃO ESTRATÉGICA

Ao Capitão-General e Governador do Grão-Pará José Narciso Magalhães de Menezes coube organizar a operação bélica para conquistar a Guiana Francesa. Ele constituiu o núcleo da força expedicionária com duas companhias de grana-deiros e duas companhias de caçadores do 1º e 3º Regimentos de Linha (Estremoz) e uma bateria de artilharia com três peças de seis polegadas.



Carta da Guiana Francesa do final do século XVIII

O tenente-coronel Manuel Marques D’Elvas Portugal foi designado comandante dessa tropa com cerca de 450 homens. Esta força organizada no Belém do Pará seguiu em 8 de outubro para a cidade de Chaves, constituindo o grupamento de vanguarda. Em Chaves, antes de prosseguir viagem, para a Ilha de Caviana, foi reforçada com um contingente de colonos e indígenas. De

Caviana seguiu para a foz do Araguari. Dobrou o Cabo Norte, atingiu o Rio Cunani e estacionou em Cacioporé à espera de reforços.

A 3 de outubro, aportou em Belém a escuna HMS *Confiance*, navio de guerra inglês, da esquadra do almirante Sidney Smith, comandada pelo seu sobrinho, capitão James Lucas Yeo. O Governador Narciso enviou reforços para Marques de 350 soldados do Regimento de



Estremoz, comandados pelo Major Palmeirim. Narciso esperava, ainda, a chegada de dois navios de guerra portugueses com 18 canhões cada um, comandados por Luís da Cunha Moreira. Esses navios, que traziam do Rio de Janeiro uma tropa de fuzileiros-marinheiros, partiram de Belém a 22 de outubro, integrando a esquadra de James Lucas. Em 29 de novembro, os fuzileiros-marinheiros chegaram ao ponto de encontro, foz do Rio Caciporé, onde a flotilha de Marques os esperava. A força expedicionária, agora completa, dobrou o Cabo Orange, indo ancorar na foz do Oiapoque. Eram, ao todo, 800 soldados e 300 fuzileiros navais, embarcados para o combate.

Em Caiena, o comissário do imperador Napoleão na Guiana, Victor Hugues, contava para a defesa, com apenas 511 militares profissionais, 200 milicianos e uma centena de escravos armados. Ao todo, em torno de 900 homens.

A CONQUISTA DE CAIENA

a. Oiapoque

(1º a 13 de dezembro de 1808)

O Rio Oiapoque materializava a fronteira que os portugueses queriam restaurar. A frota anglo-luso-brasileira chegou à sua foz a 1º de dezembro, quando James Lucas e Marques se conheceram e este ficou sabendo que o inglês comandava a força naval, portanto, em igualdade de condições com ele. Nessa ocasião, Marques recebeu do Governador Narciso, por intermédio do major Palmeirim a sugestão de libertar os escravos da Guiana e incorporá-los à sua tropa e que a tomada de Caiena era o objetivo final da operação.

O desembarque no Oiapoque ocorreu entre 4 e 7 de dezembro, sem encontrar resistência. Os portugueses se instalaram na margem direita do rio defronte do local chamado Ponta do Vigia, de onde, no dia 5, Marques enviou o manifesto do governador do Pará endereçado a Hugues, proclamando a soberania dos portugueses sobre a margem di-



reita do rio Oiapoque. Em 9 de dezembro, os portugueses tomaram posse, solenemente, com saudações à bandeira, salvas de artilharia e missa campal. No dia 13 de dezembro, a tropa ocupou também, a margem oposta do Oiapoque.

b. Arouague
(14 de dezembro 1808 a 5 de janeiro de 1809)

A 14 de dezembro, Lucas deixou o Oiapoque, rumou com a sua frota para o Arouague, desembarcando com 30 ingleses e 20 fuzileiros comandados por Cunha Moreira. Esta foi a primeira ação de combate dos fuzileiros navais do Brasil, cujo bicentenário a Marinha comemorou este ano na ilha das Cobras. Saliente-se que o bravo Cunha Moreira, que viria a ser o 1º ministro da Marinha do Brasil independente, homenageado com a medalha comemorativa pelo seu bicentenário de nascimento. E, no combate, foi ferido no rosto por uma cutelada de sabre. Marques, partiu para o Arouague, aonde chegou a 23 de dezembro. O dispositivo francês de

defesa em 28 de dezembro estava mais ou menos instalado.

No dia 30 de dezembro, o comissário Hugues enviou uma carta ao ministro francês, por intermédio do brigade *Joséphine* carregado de açúcar, algodão e especiarias, solicitando apoio, pelo fato de ter que enfrentar com somente 800, efetivo inimigo que ele calculava em 1300 a 1400 homens.

c. No Mahury
(6 a 9 de janeiro de 1809)

Na manhã do dia 6 de janeiro, a esquadra aliada deixou o Rio Arouague e concentrou suas forças de ocupação próximo da ilha de La Mére. O início do desembarque foi comandado por Lucas. A força expedicionária ocupou uma pequena enseada situada na margem esquerda do Mahury, entre as baterias francesas do Diamante e do Degras des Cannes.

Lucas atacou Diamante e enviou o contingente português para atacar o Degras, após Diamante conquistado e ocupado por Marques, Lucas Yeo seguiu para Triô, passando por Degras. O Triô caiu por volta das 18



horas por falta de munição, e seu comandante recuou até Caiena com suas tropas. Marques atravessou o rio com uma centena de luso brasileiros, apoiado por Savory, desencadeando o combate mais sangrento da campanha.

Na noite do dia 7 para o dia 8, as tropas francesas se retiraram para Caiena e Lucas incendiou plantações e destruiu a bela propriedade de Hugues, para esconder os saques vultuosos que fez, e no dia 9 as tropas conquistadoras seguiram para a capital.

O fato é que, vencido em combate³ e cercado em Caiena, porém ainda dispendo de força para resistir, Hugues convocou seus auxiliares imediatos na manhã de 10 de janeiro e comunicou-lhes que recebera um abaixo-assinado dos moradores pedindo-lhe para capitular (ele havia estimulado a elaboração desse documento). O argumento para cessar a luta era que os atacantes estavam saqueando e incendiando as propriedades, em particular os comandados do capitão inglês.

A petição dos habitantes de Caiena, exigindo que Hugues se rendesse, chegou às suas mãos na manhã do dia 12, assinada por uma dúzia de civis. Na tarde do mesmo dia, foi assinada a rendição em três línguas, atribuindo a vitória ao “Exército do Pará”. A carta de capitulação continha um preâmbulo e 16 cláusulas. Mas, a mais chocante era a cláusula 11^a que mantinha o Código Napoleônico em vigor até a assinatura do tratado de paz entre França e Portugal.

d. Rendição

A Guiana Francesa foi conquistada pelos luso brasileiros com o apoio britânico e ficou sendo exclusivamente portuguesa. O ato da rendição ocorreu em 14 de janeiro de 1809, na Praça do Governo em Caiena, com a entrega de mais de 500 fuzis e duas bandeiras francesas.

A rendição foi concluída quando 593 soldados de Napoleão, foram escoltados até os navios, que lhes serviram de prisão até serem encaminhados de volta à França.



Marques, já como governador provisório, nomeou como seu secretário um cidadão suíço residente em Caiena, Siegert, que serviu lealmente aos portugueses durante vários anos. Nomeou também, uma junta de civis, fazendeiros e comerciantes, quase todos inimigos de Hugues para administrar a nova posse portuguesa.

Cuidou dos aspectos militares da ocupação, sendo auxiliado por seu adjunto, o major Palmeirim, que organizou o acantonamento das tropas, a instalação de postos de segurança nos diversos pontos da colônia, a internação dos doentes no hospital de Caiena e expediu um edital de intimação, em 16 de janeiro, para que todos voltassem a trabalhar em suas fazendas.

O brigue *Infante D. Pedro* zarpou no dia 3 de março, levando a bordo o chefe francês deposto Hugues e chegou em Morlaix em 20 de abril de 1809. Os 325 franceses vencidos zarparam a 15 de abril de 1809, e chegaram no começo de junho ao porto de La Rochelle. Em 15 de março, Lucas seguiu para o Rio

de Janeiro, para se juntar às tropas navais britânicas lá estacionadas.

Embora o termo de posse da Guiana pelos portugueses tenha sido assinado em 14 de janeiro de 1809, ela jamais foi declarada oficialmente como parte integrante do território brasileiro, até 21 de novembro de 1817, quando foi devolvida à França.

ADMINISTRAÇÃO PORTUGUESA DE CAIENA

a. O governo provisório de Marques (janeiro a outubro de 1809)

Marques agora livre de Victor Hugues (deportado), o vencido insuportável, e de James Yeo, o aliado incômodo, passou então a se preocupar com a retomada das atividades rurais da Guiana Portuguesa. Alguns dias após a vitória chegou, por intermédio de Narciso, o tão prometido reforço, “a terceira expedição”, e com ela veio instruções precisas do poder central e sua recém nomeação a general e a confirmação no posto de governador.



Naquele momento dispunha apenas de cerca de 1.300 homens para manter a defesa da Guiana conquistada. Distribuiu tropas para ocupar postos nos principais pontos fortes do litoral, reconstruiu as fortificações e reforçou sua artilharia, instalando um eficiente sistema de vigia e alerta.

O novo general se pôs a trabalhar na “Descrição da Guiana Francesa”, informações preciosas sobre a Guiana para o governo central do Rio de Janeiro (Geografia, população e produção agrícola).

A nova administração se ocupou com os direitos de ancoragem, importação e exportação; a *capitação*, principal imposto foi conservada com a mesma taxa anterior; foi estipulado um câmbio favorável aos guianenses e assegurada a liberdade de comércio aos negociantes de Caiena, que há anos foram estrangulados pelo bloqueio inglês. Agora eles poderiam frequentar todos os portos do Brasil e até mesmo os das Antilhas britânicas, confirmando que a gestão portuguesa seria liberal, amigável e favorável aos colonos de Caiena.

Defender a colônia, sustentar sua economia, favorecer as atividades agrícolas, manter a calma e a harmonia – essas foram, então, as instruções recebidas por Marques. Mas também, sobretudo, colocar as mãos na única e maior riqueza da Guiana Francesa: as especiarias espalhadas por várias fazendas, principalmente na “La Gabrielle”⁴.

A falta de víveres era intensa e crítica. O comissário da expedição⁵, encarregado da intendência, comprava a preço alto e a crédito tudo o que os navios americanos traziam a Caiena, mas os soldados detestavam a comida da caserna que lhes era oferecida, detestavam o peixe do Norte e a farinha de trigo. Queriam mandioca, que Marques mandou plantar por toda parte.

A situação sanitária da tropa era terrível. A malária, que havia atacado os homens desde o início das operações, não abrandou após a vitória. Durante o ano de 1809, o pequeno hospital militar de Caiena teve de abrigar em caráter permanente cerca de duzentos militares doentes.



Entre 1812 e 1816, a guarnição, que contava com 940 homens no início do período, perdeu 130 por morte e 118 repatriados por doença (bem como 69 desertores). Nessas condições, pode-se imaginar o desespero reinante nas casernas da Guiana, desfechando no incidente de 9 de junho de 1809, quando a tropa muito agitada, se reuniu diante do palácio do governador sem que tivesse sido convocada. O coronel Palmeirim⁶, segundo no comando da guarnição, conseguiu acalmar um pouco os ânimos, mandou chamar Marques e o admoestou duramente diante da tropa. A situação tornou-se insustentável para Marques, que solicitou seu retorno ao Pará por razões de saúde.

b. O Governo de Alexandrino (outubro de 1809 a fevereiro de 1812)

O governador Narciso do Pará escolheu um coronel da Engenharia chamado Pedro Alexandrino Pinto de Souza⁷ para substituir Marques à frente do governo da Guiana. Seduzido por alguns oficiais da guarnição, deixou que se formasse em

torno de si uma espécie de corte de favoritos, que se dedicavam a toda espécie de tráfico de influência; facções que se formavam e se destruíam mutuamente.

Duas personalidades enérgicas assumiram a liderança, afastando Alexandrino da organização da tropa e da gestão administrativa: o tenente-coronel Francisco Rodrigues Barata⁸ fora nomeado para substituir Palmeirim à frente da guarnição. Ele chegou a Caiena em agosto de 1810, cercado do prestígio conquistado em uma brilhante carreira. Teve dificuldades de colocar ordem na guarnição devido os costumes militares em vigor. Naquela época, entre os portugueses, cada regimento tinha seu próprio regulamento, de sorte que, não se podiam modificar estruturas e missões sem recorrer aos coronéis comandantes das unidades em questão, os quais, em seus quartéis de Belém, consideravam-se oficiais do regimento e senhores exclusivos dos soldados, onde quer que estes se encontrassem. A outra personalidade recém-chegada à colônia foi o ju-



rista chamado João Severiano Maciel da Costa⁹. Sua missão era dupla: primeiramente, deveria supervisionar o funcionamento da justiça e da polícia, uma questão que se tornara delicada para os portugueses, devido ao artigo da capitulação que previa a manutenção do código napoleônico no território. Em segundo lugar, deveria organizar as finanças da colônia, tendo como missão explícita fazer com que ela nada custasse ao tesouro. Denunciou ainda outros desmandos financeiros, como a importante dívida com os fornecedores norte-americanos de produtos alimentares para a guarnição.

Maciel retomou o controle da situação durante o primeiro semestre de 1810. Em 6 de fevereiro decretou a necessidade de passaporte para todos os viajantes e implantou a censura da correspondência. No dia 7 de março impressionado com o nível de consumo de rum, transformou a bebida em monopólio, revertendo o lucro para o governo. Em abril, reorganizou a alfândega e a justiça, assumindo pessoalmente as atribuições de juiz de uma corte de

cassação. Finalmente, em julho, dissolveu a junta provisória que havia sido formada por Marques. Maciel instituiu um estado liberal, simples e eficaz, bem diferente da administração colonial francesa, inchada e pretoria.

O suíço Siegert, que havia trabalhado para Marques, continuou a serviço de Maciel até o fim, era inestimável auxiliar, aparentemente íntegro, cujas revisões e balanços certamente deixavam maravilhados os financistas da capital.

O Governador Narciso Magalhães de Menezes faleceu em Belém em dezembro de 1810. E uma junta provisória o substituiu composta pelo bispo, pelo juiz de mais alto posto da província e pelos chefes militares das principais unidades ali existentes.

Marques que se encontrava em Belém foi nomeado para compor também a junta, o qual assistiu impotente às eternas disputas entre o prelado e o juiz, que deixavam a junta inoperante e o Pará à deriva. A atonia da junta não passou despercebida em Caiena, onde também



ocorriam violentos conflitos entre Alexandrino e o coronel Barata.

Na noite do dia 5 de março de 1811, os rebeldes deixaram, efetivamente, os quartéis. Formaram várias colunas, uma das quais marchou em direção à praça principal, armada com lanças, sabres e facas, já que nunca lhes era dada nenhuma munição. O coronel Barata mandou colocar dois canhões em posição de tiro e formou em pelotão com as unidades leais e com todos os oficiais, atirando contra os revoltosos.

O motim em Caiena causou muita preocupação às autoridades de Belém e do Rio, sem, contudo, levá-los a tomar qualquer medida concreta. O vigor da repressão foi suficiente para manter a ordem na tropa até o final da ocupação. Entretanto, a incompetência de Alexandrino era evidente, assim como a capacidade de Maciel. O primeiro foi chamado de volta, e o segundo foi encarregado de conduzir os assuntos civis, tendo sido criado um posto de governador militar, exclusivamente para cuidar da defesa e da guarnição, para o qual Marques foi nomeado em junho. Ele encerrou

seu mandato anual na junta de governo e voltou a Caiena em fevereiro de 1812.

c. O Governo de Maciel (fevereiro de 1812 a novembro de 1817)

Não se conhece nenhum decreto oficial que estabelecesse os poderes de Maciel, ele nunca foi realmente “governador” da Guiana, mas sua personalidade forte e as limitações do cargo de Marques, estritamente militar, fizeram-no, de fato, a principal autoridade da colônia. Ele já vinha atuando há dois anos e suas medidas começavam a dar frutos: a Guiana se desenvolvia. Isso fica evidente quando se observa os balanços feitos por Siegert ou o ensaio estatístico de Moreau de Jonnés. Antes da conquista, a Guiana Francesa importava mercadorias no valor de cerca de 1.500.000 francos e exportava 1.300.000. Nos anos 1812, 1814 e 1815, para os quais existem dados brasileiros disponíveis, as importações (subsistência) se mantiveram mais ou menos no mesmo nível, enquanto as exportações aumentaram sensivelmente, atingindo 2.300.000 em 1815. As



mercadorias exportadas eram, sobretudo, o algodão, o urucum e o cravo-da-índia. Os portos franceses foram inacessíveis até 1815, mas a demanda do Brasil e das Antilhas britânicas, agora abertas e estimuladas ao comércio, mais do que compensou esse déficit. Entre cem e duzentos escravos ingressavam, a cada ano, na colônia, onde seu número total permanecia mais ou menos estável.

O destino incerto da colônia não justificava nenhum investimento

português nesse sentido. O que ficou durante os combates conhecido como sequestro foi, portanto, instituído em março de 1812, onde vinte e nove propriedades, avaliadas no total em dois milhões e meio de francos, foram atingidas. Uma delas era a fazenda chamada de Quartel-General, de propriedade de Victor Hugues, a mesma que Yeo havia incendiado. Essas propriedades empregavam, ao todo, dois mil escravos, cifra que permite supor que representavam cerca de um quinto de



O combate em Aprouague assinalou o batismo de fogo dos Fuzileiros Navais brasileiros.



toda a produção da Guiana. Os intendentess dessas fazendas foram convidados a entregar suas contas e seus lucros ao governo, que invocou para si o direito de demiti-los e de substituí-los.

Marques mantinha sua guarnição sob controle, assistido por um comandante de armas competente, José Pedro Dias Azedo. A guerra entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, em 1812, lhe deu a oportunidade de desmentir brilhantemente a fraqueza que lhe fora atribuída.

O comandante de um brigue inglês, o *Mosquito*, ancorado em Caiena, havia capturado injustamente duas escunas suecas – portanto neutras – que ele suspeitara fossem de fato americanas. Marques o repreendeu duramente e o expulsou do porto. O brigue, confiando na força de sua bandeira, voltou alguns dias mais tarde. Para surpresa geral, Marques o recebeu com tiros de canhão, rechaçando-o definitivamente, e depois se queixou junto a Londres. Ao que parece, o Comandante Tomkinson recebeu uma advertência do Conselho de Guerra.

Mais tarde, em 28 de agosto de 1809, o ministro da Guerra enviou a Narciso instruções diferentes sobre a gestão da Guiana. Sua principal preocupação, o transplante das especiarias para o Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

O túmulo de Narciso continua lá, na Igreja das Mercês em Belém. A pedra tumular exhibe a lista de suas condecorações e seu título, único na história dos governadores do Pará: “Governador da Capitania do Grão Pará, Rio Negro, e Caiena”.

O JULGAMENTO DE VICTOR HUGUES

Napoleão, ao ser informado sobre a queda de Caiena, mandou abriar um inquérito contra Victor Hugues para averiguar se ele havia empregado todos os meios ao seu alcance para defender a colônia, ou se ele se rendera a uma pequena tropa apenas para proteger suas fazendas e sua fortuna. Em 27 de abril de 1809, Hugues escreveu ao ministro sobre os motivos da rendição¹⁰.



O imperador, em 20 de dezembro, determinou que Hugues fosse encarcerado na prisão da Abadia, em Paris, e levado à Corte Marcial¹¹. Foi absolvido em 10 de julho de 1810, fruto de duas recomendações enfáticas em seu favor: uma teria vindo do Rei da Vestefália, Jerônimo Bonaparte (irmão de Napoleão), que o conheceu na Guiana; e a outra, de Talleyrand, Príncipe de Benevente. Victor Hugues ficou livre, além de ter limpadamente seu nome voltou a Caiena após a saída portuguesa.

A DEVOLUÇÃO DE CAIENA

Com a queda de Napoleão foi realizado a partilha da Europa, por meio do Congresso de Viena, que se reuniu de novembro de 1814 a junho de 1815, e, com o Tratado de Paris entre a França e a Inglaterra e a ação do Conde de Funchal, ficou estabelecido a devolução de Caiena aos franceses.

Em 28 de agosto de 1817, a convenção de restituição definiu que a devolução seria até o Rio Oiapoque que sua embocadura estava entre o

4º e o 5º grau de latitude setentrional até o 32º grau de longitude a Este da Ilha Fer e dele seguindo pelo paralelo de 2º 24' de latitude setentrional até a fronteira com a Guiana Holandesa (atual Suriname).

No dia 8 de setembro de 1817 o tenente-coronel Manuel Marques e o Conde de Carra Saint-Cyr presenciaram a devolução de Caiena. Consta que o governo francês teria ficado impressionado com a tristeza dos colonos franceses ante a mudança de governo.¹²

Em 21 de novembro de 1817 oficialmente, os portugueses concluíram a devolução de Caiena aos franceses, estabelecendo-se o limite entre os dois países o corte do rio Oiapoque que vigora até hoje.

Defender a posse, sustentar sua economia, favorecer as atividades agrícolas, manter a ordem e a harmonia foram as maiores preocupações dos administradores; Marques, Alexandrino e Maciel. Bem como, cuidar das mudas das especiarias espalhadas por várias fazendas, principalmente da “La Gabrielle”.



As questões de limites entre a França e o Brasil, não foram resolvidas no Império e na Primeira República, ainda ocorreram conflitos, como a invasão francesa no Amapá em 1895, repelida pela tropa de Francisco Xavier da Veiga Cabral (Cabralzinho). Em 1897, o Brasil submeteu à Comissão de Arbitragem, em Genebra, a pendência franco-brasileira sobre o limite no Oiapoque. A posição brasileira foi defendida por Rio Branco, e o presidente da Confederação Helvética expediu, a 1º de maio de 1900, o laudo arbitral favorável ao nosso país. Ficava, assim, juridicamente assentada a posse pelo Brasil do território que hoje constitui o Estado do Amapá. Além do seu valor estratégico, é rico em minérios, particularmente manganês, para cuja exploração construiu-se uma ferrovia e um porto. A fixação da fronteira no Oiapoque livrou-nos de conflitos que poderiam ocorrer, caso o delta do Amazonas viesse a ser partilhado com outras potências.

CONTRIBUIÇÕES DA TOMADA DE CAIENA PARA O BRASIL

a. Políticas

A maior contribuição da Tomada de Caiena para o Brasil foi garantir posse do estuário do Rio Amazonas e da livre navegação até os Andes, garantindo a preservação da integridade da parte norte do território brasileiro.

Como prêmio, D. João mandou cunhar uma medalha comemorativa da Tomada de Caiena, cujo exemplar se encontra no museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e no pátio do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro encontra-se um canhão apreendido nos combates de Caiena no ano de 1809.

b. Econômicas

A maior contribuição econômica para o Brasil foi dada pela fazenda de aclimatação “La Gabrielle”, que fomentou o Horto Botânico do Pará, criado em 1796, por meio de remessas de mudas de plantas exóticas (especiarias), que possuíam um alto valor no mercado internacional, que



antes eram feitas na clandestinidade.

A cana caiana, a noz-moscada, a romã, a palmeira imperial ou real, o cravo-da-índia, a fruta-pão, a fruta do conde, e há indícios de que até a carambola foram introduzidas no Brasil, por intermédio de Caiena. Também vieram as primeiras mudas de café (século XVIII).

Ao total, foram enviadas 82 espécies acompanhadas de instruções para o seu plantio. Com a criação do Horto Real (1808), no Rio de Janeiro¹³, e do Horto do Recife e Olinda (1811), consolidou-se a rota de remessas de plantas exóticas de Caiena para o Pará, e de lá para os demais hortos do Brasil. Entretanto, atualmente, o traço mais significativo deixado pela empreitada luso-brasileira em Caiena, está nas vastas plantações de cana-de-açúcar no Brasil, tornando-se o primeiro produtor mundial de açúcar e de combustível não poluente (álcool). A variedade predominante veio originalmente do Haiti, passando pela Guiana e perpetuando-se no nordeste brasileiro como “Cana Caiana”.

c. Militares

1) Criação do Corpo de Fuzileiros Navais

No Combate em Aprouague ocorreu o batismo de fogo dos Fuzileiros Navais. A campanha em Caiena evidenciou que os componentes da tropa luso-brasileira possuíam um diferencial: a vocação anfíbia. Eram destemidos combatentes que realizaram a primeira operação combinada na Amazônia.

A Banda Marcial dos Fuzileiros Navais com seus uniformes históricos, em suas apresentações públicas referenciam a epopeia da tomada de Caiena.

2) Criação da 2ª/32º Grupo de Artilharia de Campanha (Bateria Caiena)

Em 1987, o Ministério do Exército, por intermédio do seu Centro de Documentação, preencheu uma lacuna, atribuindo a denominação histórica de “*Bateria Caiena*” à 2ª Bateria do 32º Grupo de Artilharia de Campanha. Hoje sediada em



Brasília e participando com seu uniforme de época das solenidades de troca de guarda do Pavilhão Nacional, executando tiros de salva de gala.

Finalmente, a tomada de Caiena permitiu a conquista, a ocupação e a consolidação do território brasileiro na Amazônia.

BIBLIOGRAFIA

JORGE, A. G. de Araújo. *Rio Branco e as fronteiras do Brasil*. São Paulo: 1959.

SOUBLIN, Jean. *Cayenne 1809*. Paris: Éditions Karthale, 2003.

¹ JORGE, A. G. de Araújo. *Rio Branco e as fronteiras do Brasil*. São Paulo: 1959.

² SOUBLIN, Jean. *Cayenne 1809*. Paris: Éditions Karthale, 2003.

³ Nesses combates Yeo contou 24 mortos ou feridos entre os ingleses, um morto e 8 feridos portugueses. Hugues contabilizou 26 mortos e 51 feridos. Cerca de trinta fazendas foram queimadas em 9 de janeiro e os escravos libertos por vingança saquearam fazendas e destruíram as plantações.

⁴ “La Gabrielle” belíssima fazenda dotada das melhores terras da Guiana, era protegida dos piratas predadores por uma colina encimada por uma imensa paineira. Os sucessivos governantes vinham cultivando, há trinta anos, um verdadeiro tesouro em noz moscada e cravo-da-índia. Eles haviam feito todos os esforços possíveis, investido fortunas e haviam esperado ansio-

samente pelos resultados, nem sempre satisfatórios. Victor Hugues chegou a dedicar à fazenda um dos artigos de sua rendição: os vencedores não tocariam um dedo na “Gabrielle”, ela era preciosa demais. Os vitoriosos a avaliaram em 180 mil libras esterlinas, ou seja, mais de quatro milhões de francos de ouro. Yeo queria sua parte, na condição de comandante aliado: pediu 75 mil libras aos portugueses, que fizeram ouvidos de mercador.

⁵ Antonio Pereira de Carvalho.

⁶ Palmeirim era um oficial competente. Rigoroso, não aprovava a fraqueza de seu superior e compartilhava do julgamento de Vatar sobre o governador, demasiadamente francófilo em sua opinião. Ele já havia pedido transferência, devido a conflitos pessoais com seu chefe, mas esta lhe havia sido recusada. Palmeirim tinha muitos adeptos: ainda ficou dois anos na Guiana antes



de voltar ao Pará, onde recebeu o comando de um regimento, sendo promovido a general em 1818. Opositor da independência do Brasil, voltou a Portugal em 1822 e lá faleceu em 1833.

⁷ Alexandrino Pinto de Souza por muito tempo, ele havia trabalhado na marcação das fronteiras no Rio Negro, depois em Macapá; são seus alguns mapas da foz do Amazonas. As correspondências da época traçam-lhe um perfil conflitante. “Um homem de bem, honesto e desinteressado”, mas um engenheiro que ficava mais à vontade com seus teodolitos do que em contato com a tropa, “um septuagenário alquebrado pela idade, que nada sabia de disciplina militar”. E, para completar, um funcionário em fim de carreira, que ficou de cabeça virada com essa nomeação inesperada e o mísero poder de um governador colonial.

⁸ Em 1798, uma missão incomum lhe havia sido confiada. Tratava-se de fazer contato, em nome da corte portuguesa, com uma colônia de marranos estabelecida, há mais de um século, na foz do Rio Essequibo, no local aproximado onde hoje se encontra a cidade de Georgetown. Daí, uma portagem de alguns quilômetros permitia passar ao Essequibo e então bastava descê-lo até o mar. Barata levou cerca de dois anos para fazer o trajeto de ida e volta em

uma piroga, acompanhado de um punhado de índios. Seu relato escrito da empreitada tornou-se uma importante fonte sobre a história das regiões que ele atravessou. Voltou então a Portugal, onde combateu os franceses em 1808 e 1809 e de onde foi chamado para assumir o posto em Caiena.

⁹ João Severiano Maciel da Costa, brasileiro de nascimento, natural de Minas Gerais, ele havia completado seus estudos em Coimbra e trabalhado como magistrado em Portugal antes de ser nomeado juiz da Corte de Apelação da província brasileira da Paraíba. Era apaixonado por Economia e falava francês, qualidades que o levaram a ser escolhido, em junho de 1809, Intendente Geral de Polícia da Guiana, onde chegou em janeiro de 1810.

¹⁰ Motivos da rendição de Hugues: “A honra das armas de Sua Majestade não sofreu nenhum ataque nessa circunstância... foi preciso, com o pouco que nos restava da guarnição, ceder não ao brio, mas ao incêndio, à revolta e ao temor de um massacre dos brancos... Se o inimigo tivesse sido leal e generoso, se não tivesse empregado meios odiosos como a libertação dos escravos e os incêndios...”.

¹¹ Composição da Corte Marcial: General Duplessis, Coronel Rabbe e Coronel Vaugrigneuse, Comandante Lefranc,



Capitão Brisse e Capitão Thomas e Tenente Lelièvre.

¹² Conde Carra Saint-Cyr comentou com o secretário do governo francês: “...é espantoso, Sr Secretário, que franceses, vendo drapejar as cores nacionais, vertam lágrimas de saudade pela dominação anterior, peço votos

que ao término de minha administração receba demonstrações semelhantes”.

¹³ Em 13 de junho de 1808, o Príncipe Regente criou o Horto Real (Jardim Botânico - Rio de Janeiro), onde foram transplantadas as mudas vindas da Guiana Francesa aclimatadas pela fazenda “La Gabriele”.